

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2015

Ata n.º 17

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, na sede da ASCRATIA (Associação Sócio-Cultural e Recreativa da Terceira Idade de Albufeira) por convocatória de cinco de Fevereiro e aditamentos de dezoito e dezanove de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 07-11-2014, 11-12-2014 e 18-12-2014; -----

PONTO TRÊS: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Juntas de Freguesia deste município no XXII Congresso da ANMP; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projeto de Regulamento Municipal sobre apascentamento de animais e sua permanência e trânsito em espaço público; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de certificação legal de contas do município para o exercício económico de 2014; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de colaboração entre o município de Albufeira e a Federação de Motociclismo de Portugal; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para o fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para o Algarve, celebrado pela central de compras da AMAL; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento 2015; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2015-2018; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU acerca da Privatização da TAP; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU acerca da defesa da água como direito humano fundamental; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação da moção apresentada pelo PS sob o tema "A saúde está doente"; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança; -----

PONTO DÉCIMO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do programa de 7 estágios profissionais na Administração Local (PEPAL). ---

Antes de se proceder à chamada, o Presidente da Assembleia convidou os membros Maria Eugénia Baptista e Fernando Gregório para fazerem parte da mesa e secretariar a reunião, em substituição do Primeiro e Segundo Secretários respetivamente. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Galdes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Miguel Alexandre Correia Mesquita (membro suplente PSD), Ana Alexandra Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como a Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Indaleta Cabrita, e os Presidentes das Juntas de Freguesias, da Guia, Joaquim Vieira, de Ferreiras, Fernando Gregório e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira e Hélder Sousa.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira e Hélder Sousa, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Miguel Mesquita, Lurdes Meirinho e Indaleta Cabrita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Fernando Anastácio, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal da Silva e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de colocar à consideração dos membros da Assembleia, antes do período de intervenção do público, a tomada de posse do novo membro do Conselho Municipal de Segurança. -----

Não havendo inconveniente por parte dos membros da Assembleia, a Primeira Secretária fez a chamada do elemento para que tomaram posse (Doc.1, anexo a esta ata). -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Natividade Semião: "Já falei com o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e quero pedir aos senhores para fazerem umas passadeiras em frente do meu portão porque é muito arriscado atravessar ali." -----

Silvéria Gonçalves: "Boa noite. Estou a representar os meus filhos. É sobre o empreendimento da Imosoudos. Eles têm andado a fazer alguns acabamentos mas não pintaram o lote um, e da segunda vez só levou a primeira tinta, e há falhas de tinta nos sítios onde estavam os andaimes, e não repararam. Antes de terminar as últimas vistorias, agradecia que fizessem uma chamada de atenção porque o prédio não pode ficar naquela situação. O interior da garagem também só levou a primeira demão (nota-se a tijoleira) e quando houve uma inundação tem lá o sinal de onde a água chegou. Há ainda outras falhas mais pequenas. Quero fazer também uma chamada de atenção que, quando colocaram a luz pública na estrada, colocaram três lâmpadas. Agradeço imenso mas ficaram dois postos por colocar lâmpadas. Volto a fazer o pedido, se for possível. A iluminação do exterior à volta dos lotes, ligada à rede pública, seria um bem para todos. Na Rua dos Trevos, número vinte e quatro, um senhor fez uma reparação de uma casa, meteu uma caixa do correio ao lado da porta e o passeio é muito estreito, que nós temos de passar entre a vedação e a parede, e a caixa está sobressaída da parede. Eu própria já lá bati com o ombro. O senhor podia mudar a caixa para a parede do lado, onde não passa ninguém. Gostava de saber também, se há alguma previsão de água da rede chegar mais acima da estrada de Texugueiras, e passar da urbanização para cima, visto que tenho lá casa, gostava de saber se há previsão." -----

João Cabrita: "Boa noite. Gostava de falar sobre a Via Algarviana. Foi feita pela Associação Almargem, ambientalista, e na altura que foi criada a Via Algarviana, a maioria dos conselhos do Algarve não mostraram interesse e não participaram. Nesta altura estão a fazer as ligações no sentido norte-sul. Fica a sugestão para que fizessem a ligação de Alte à freguesia de Paderne, com a criação de um troço naquela

zona. Não podemos esquecer que o interior necessita ser ajudado. Ultimamente tenho caminhado com um grupo que integra várias pessoas de Albufeira, e outras partes do Algarve, inclusive alguns estrangeiros residentes. Caso a autarquia precise de ajuda para definir alguns troços, essas pessoas estariam na disposição de ajudar. Gostaria, mais uma vez, de chamar a atenção para os percursos pedestres em Paderne, que estão totalmente abandonados, não têm informação, a vegetação cresceu." -----

António Nóbrega: "Boa noite. Estou aqui para vos trazer uma oferta e para dizer que sou trabalhador do município de Albufeira há trinta e oito anos e há muitos anos que acompanho tudo aquilo que interessa à Câmara Municipal de Albufeira. De tal maneira que já vou no décimo segundo livro, publicado sobre legislação urbanística. Dou formação em vários pontos do país e faço aquilo que gosto, principalmente faço aquilo que entendo que deve ser feito. E o que entendo que deve ser feito é que, na prática, um trabalhador da administração pública, sempre que sai uma legislação que seja importante para o município, deve analisar essa legislação, tentar passá-la à prática e concretizar aquilo que é necessário fazer para se aplicar a legislação. Os senhores são o órgão que aprova regulamentos municipais, devem saber que, a partir do dia um de Março, o horário dos estabelecimentos é livre, não há limites, a não ser que a câmara regulamente. Fui convidado pelo centro de estudos e formação autárquica para dar formação aqui em Albufeira e veio uma Vereadora da Câmara Municipal de Loulé muito interessada. Eu sei que na Marina de Albufeira há mais de mil habitações para serem construídas, aqueles edifícios vão ser construídos sem apreciação camarária, não há apreciação camarária em loteamentos urbanos consolidados. Isso são mudanças que é necessário analisar, é necessário aplicar e é necessário saber de que forma transformamos na prática. Eu, quando vi que havia essas importantes mudanças para o nosso município, fiz um livro sobre legislação urbanística anotada e comentada, exatamente para tratar desses temas. Quero deixar aqui bem claro que, quando escrevo livros de legislação urbanística, que são ligadas à minha função de trinta e oito anos, é para partilhar aquela legislação, aquilo que eu vejo que os meus colegas necessitam. É conjugar o código civil, com legislação urbanística, com a competência das autarquias e unicamente para partilhar, não tenho nenhum interesse pessoal. Como sei que são a entidade que vai aprovar regulamentos municipais, e que os horários vão ser livres daqui a poucos dias porque não houve tempo para se fazer regulamentos, sei que vão ter um problema. Vou deixar cinco exemplares do livro para serem entregues às forças políticas. Só para realçar que o meu papel de cidadania é bastante conhecido nesta cidade, sou fundador da Associação dos Trabalhadores do Município de Albufeira, que abrange mais de duas mil pessoas, sou fundador do Conservatório de Albufeira, que abrange mais de mil pessoas." -----

Emília Vicente: "Boa noite. Quero falar por causa da metadona que é distribuída no Centro de Saúde de Ferreiras. Encontram-se muitos frascos cheios e abertos pela

associação. Muitas crianças apanham, os animais lambem, a minha bichinha esteve a morrer. O Presidente da Junta de Freguesia tem conhecimento e precisam mesmo de fazer alguma coisa porque isto é um atentado à saúde pública." -----

Tiago Miguel: " Estava no campo das Ferreiras a brincar com o meu filho e ele agarrou num frasco, que ainda continha conteúdo. Graças a Deus reparei a tempo. Há tantos matos abertos, como o mato de escarapão, se calhar era o sítio mais adequado para os meter."-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos. Em relação à intervenção da D. Natividade, tomei nota, e vou ver o assunto com os serviços. A D. Silvéria fez várias chamadas de atenção, de que tomei nota. Vamos ver com os serviços de vistoria. Quanto à extensão da rede de água, ainda não temos previsão, estamos numa fase de lançamento de investimentos." -----

Vereadora Ana Vidigal: "Boa noite. Faz parte do nosso plano a finalização da rede de abastecimentos de água. A cobertura da rede de abastecimento de águas é de noventa e nove por cento no conselho de Albufeira. Temos setecentos e noventa quilómetros de rede de água, faltam três ou quatro pontos que é necessário afinar e irão ser contemplados, na medida em que essas obras poderão ser feitas por administração direta da própria câmara e é preciso termos operacionais para isso. Temos algum défice de recursos humanos neste sector e estamos à espera que essa situação seja resolvida e que haja aquisição de material para podermos fazer as obras que faltam." -

Presidente da Câmara: "Em relação à intervenção do João Cabrita, eu também gostava que a Via Algarviana viesse até Paderne e vamos fazer com que isso aconteça. Em relação aos percursos pedestres, neste momento está em curso um trabalho com os técnicos de turismo, no sentido de verem tudo o que faz falta para ser orçamentado e poder-se lançar os trabalhos. Agradeço ao senhor Nóbrega a oferta que fez. Sobre as intervenções da D. Emília e do senhor Tiago, posso dizer que está em curso a aquisição de um contentor para que esta situação passe para Albufeira." -----

Vereadora Ana Vidigal: "Relativamente a essa situação, desde que tive conhecimento da situação, em Assembleias anteriores, foram reunidos esforços no sentido de resolver a situação. Neste momento, a própria ARS já se deslocou ao local com os nossos serviços para verificarmos qual seria o local em que deveria ser implantado um contentor especial para poder servir bem esses utentes. As coisas estão em curso, falta apenas a aquisição do contentor para se poder dar a transferência." -----

Presidente da ASCRATIA: "Boa noite. Como sabem estou neste concelho há trinta e dois anos. A minha atividade é nas Ferreiras mas moro na Centieira. É uma aldeia velha, só de pessoas da terceira idade. Temos uma estrada para norte, que não dá para passar dois carros, e agora há naquela zona muito movimento. Uma vez a minha mulher já ficou encostada à parede e foi quatro mil e quinhentos euros de arranjo. Se fizessem para sul uns oitocentos metros já ficávamos bem servidos e deixava de haver aqueles

choques. Aquela estrada é perigosa: é curvas e contracurvas, e muito estreita, só dá para passar um carro. Nós já estamos velhotes, nunca pedi nada para mim, tenho levado toda a vida a pedir pelos outros, mas peço hoje.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

Avelino Hipólito: “Boa noite. Fiz um pedido há muitos anos, inclusive à Junta de Freguesia, mas o Presidente da Junta disse que o assunto não era com ele, mas sim com a câmara. Na rua do Tomilhal, são meia dúzia de metros que têm de alcatroar. O senhor Hélder Bota sabe o que é, o Presidente da Junta também, já há muitos anos que está para ser feito e gostaria que fosse acabado.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Mário Gaspar: “Boa noite. Gostaríamos de perguntar qual é a situação do CAE (Centro de Acolhimento Empresarial) inaugurado a vinte de Agosto do ano passado, que ainda se mantem de portas fechadas. Gostaríamos de saber porque é que o caminho que liga o recinto da feira até ao colégio Lápis, na estrada de Vale Pedras, continua sem ter passeio. Perguntar, também, para quando o Conselho Municipal de Educação. É uma pergunta que tem sido frequente em várias Assembleias Municipais mas, até à data, ainda não foi feita nenhuma reunião. E tenho um pedido para fazer à câmara sobre alguns dados da baixa de Albufeira. (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

Cândido Reigado: “Boa noite. Queremos chamar a atenção para a necessidade de arranjo de alguns caminhos que estão em péssimas condições: aqui nas Ferreiras, no Beco do Escarpão, no sítio do Tomilhal, há um caminho com cerca de sessenta metros que está muito mal tratado, com a agravante de parte dessa rua estar às escuras, por onde passam crianças quando regressam da escola - está perigoso; A rua que dá acesso à escola de Vale Carro também está bastante esburacada; A Rua Cândido Guerreiro também está em muito mau estado. Já tínhamos chamado a atenção para o estado em que se encontra, e numa transversal dessa, a Rua Teixeira Pascoais também está em péssimas condições. Outra questão é a necessidade de resolver o problema da iluminação pública deste bairro novo das Ferreiras. Quero perguntar também se a questão do Giro, que foi levantada em reunião de câmara por alguns munícipes, já está solucionada ou não.” -----

José Pimenta: “Boa noite. Trago dois requerimentos para entregar ao Presidente da Assembleia Municipal. (Doc. 3, anexo a esta ata). Outro assunto, já foi levantado aqui, por parte do público, que continua por resolver, é a iluminação da zona envolvente ao Polidesportivo da Quinta da Palmeira, em particular referente a um ponto de luz que

está perto da escadaria que serve de passagem entre a Rua da Alfarrobeira, Rua da Oliveira e a Praceta das Flores. Outro ponto que acho que não é de difícil resolução: na parte sul da Habijovem, junto ao estacionamento da Rua da Palmeira, existe, na via pública, uma zona mais baixa que necessita de um sumidouro, pois a água da chuva permanece muito tempo nessa zona e, aquando da passagem de viaturas, faz com que a água seja projetada e molhe os peões. É uma situação que já acontece há muitos anos sempre que chove. Em relação às telhas de fibrocimento, há uns meses atrás li no site da Câmara Municipal de Albufeira, que estão a ser retirada as telhas de fibrocimento das várias escolas do concelho, que as despesas para estes serviços rondam um milhão de euros. Gostaria de saber o andamento dos trabalhos e se da parte da câmara esse dinheiro que é gasto será ressarcido pelo Ministério da Educação. Sobre a Lei da descentralização das competências do Estado para com as autarquias, nos sectores da saúde, educação, segurança social e cultura, gostaria de saber se houve algum contacto com a autarquia por parte do Secretário de Estado da Administração Local. A zona envolvente à central de camionagem de Albufeira tem uma zona que está a servir de parque de estacionamento e depois quando chove a água junta-se em frente à G.N.R. penso que essa zona podia ser pavimentada, pois os sumidouros ficam cheios de lama e a água tem de ir para algum lado- penso que não é de difícil resolução." -----

Presidente da Câmara: "Em relação ao CAE, sei que já está a ser feito o regulamento. O caminho que falam sem passeio, também já fui ver. É, de fato, importante que se faça esse passeio. A informação que me deram, por ter sido interrompido o passeio, foi que estava em terras privadas. De qualquer forma, já pedi aos serviços para ver esta situação porque está em causa a segurança das crianças que vão para a escola - é uma situação urgente." -----

Vice-Presidente: "Boa noite a todos. Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, estou a constituir os elementos que o compõem e reunirá brevemente. Em relação a alguns caminhos e estradas que estão em piores condições, já está previsto, em revisão de orçamento, o arranjo de alguns caminhos e estradas, nomeadamente a Rua Paul Harris, desde a rotunda do centro de saúde até à rotunda da estação rodoviária, temos a estrada da Guia a Albufeira, temos o caminho da Barradinha, em Paderne. Estas obras seriam para executar antes do verão. Temos previsto, também, alguns passeios, nomeadamente entre a central de camionagem até ao Colégio do Lápis. Quanto ao amianto que existe nas escolas, não será com certeza um milhão de euros, é muito menos. O município de Albufeira foi pioneiro a nível dessa situação e há cerca de sete ou oito anos retirámos todo o amianto que havia nas escolas da nossa jurisdição nessa altura, que eram as escolas do primeiro ciclo. Esse dinheiro não iremos receber, é um investimento da autarquia." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à existência de algum contacto do Secretário de Estado da Administração Local, pelo menos comigo não houve qualquer contacto." -----

Presidente da Assembleia: "Antes de passarmos para o período da ordem do dia gostava de agradecer à ASCRATIA a disponibilidade, bem como ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras a amabilidade em nos facultar os meios para que tivéssemos a possibilidade de reunir hoje, aqui, nesta Assembleia Municipal, fazendo jus ao serviço que a ASCRATIA presta em termos de apoio à terceira idade no concelho de Albufeira. Fazendo jus também a todo o esforço que esta associação tem feito, no sentido de promover o convívio para a terceira idade neste concelho." -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Na página onze, diz "deliberou-se autorizar a colocação de dois assistentes técnicos no serviço de Finanças de Albufeira, pelo período de seis meses, renováveis em função do trabalho a desenvolver, para ser efetuado o levantamento dos dados e atualização dos prédios e do IMI." Não consigo compreender qual é a necessidade. Depois "foi outorgado um protocolo de colaboração entre o município de Albufeira e a APAL - Agência de Promoção de Albufeira, que prevê a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de trinta e seis mil e quinhentos euros, a título excepcional", gostava de saber que gastos excecionais foram estes. "Foi deliberado outorgar um protocolo entre o município de Albufeira e a Associação dos Amigos de Albufeira, que prevê a atribuição de uma comparticipação financeira no montante de oito mil euros", gostaria que dissesse algo em relação a isto. "Em reunião de câmara realizada no passado dia vinte e três de Dezembro, a câmara municipal deliberou proceder à amortização antecipada do empréstimo do PAEL", e agora gostaria de saber qual é o ponto da situação."-----

Presidente da Câmara: "Em relação aos técnicos autorizados, foram autorizados dois, mas foi apenas um. O serviço de Finanças de Albufeira tem um quadro de quarenta funcionários e, neste momento, só estão cerca de catorze. Grande parte do trabalho que fazem são em prol do município de Albufeira. Tentámos várias vias, sensibilizar o diretor das Finanças para que colocasse mais funcionários e tínhamos uma funcionária que estava disponível para ir para lá trabalhar. Além de atualizações que há para ser

feitas, processos de execução, um dos pontos importantes diz respeito à freguesia de Ferreiras e tem a ver com a atualização dos IMI's no que se refere à localização dos prédios em Ferreiras que ainda fazem parte, em termos de documentação, da freguesia de Albufeira, o que significa uma lesão à freguesia das Ferreiras se não se fizer essa atualização. Em relação à questão da APAL, deve ter a ver com deslocações que fizeram à Irlanda, deve ter a ver com o próprio programa da APAL. Como sabe, a promoção de Albufeira é essencial para Albufeira. Sabendo nós que a Região de Turismo tem cada vez mais limitações, quer de carácter financeiro quer de carácter de atribuições de competências, e sabendo também que, em Lisboa andam mais preocupados com outros destinos que não o Algarve, portanto, temos de fazer um pouco por nós, porque se não formos nós, ninguém vai fazer por nós. Nesse sentido, a APAL, que colabora com a câmara, e a câmara faz parte da APAL, tem desenvolvido uma atividade bastante importante e esta atribuição é referente à questão da passagem de ano, das deslocações que têm que fazer. Em relação à questão do município de Albufeira e a Associação Amigos de Albufeira, esta participação tem a ver com a universidade da terceira idade. Até têm uma tuna académica, têm atividades de carácter educativo, é uma associação bastante ativa. Quanto à questão do PAEL, já se efetuou o pagamento. Neste momento, Albufeira já pagou o PAEL, já tinha pago o reequilíbrio financeiro e pagou uma série de obrigações que tinha, juros de mora que havia, fornecedores. Neste momento, Albufeira já encontrou o equilíbrio e conseguiu poupar em juros cerca de dez milhões de euros. A primeira fase foi meter as finanças em dia, e foi conseguido, a segunda fase é a fase de se fazer o investimento necessário e está a ser desenvolvido um programa de início de investimento para se fazer obras, e já há obras a serem feitas neste momento. Estamos a tentar fazer o mais possível com o mínimo de dinheiro possível. É um dos objetivos de todo o executivo, não desperdiçar nenhum dinheiro. O processo de investimento tem de ser gradual. Saímos agora de uma fase de completo não investimento. Em dois mil e catorze tivemos apenas, no orçamento de mais de sessenta milhões de euros, trezentos mil euros de investimento, o que é nada (basta pensar que questões de manutenção de uma viatura que é, por exemplo, mil euros, é considerada uma despesa de investimento, em termos contabilísticos). Não obstante, conseguimos dobrar esse dinheiro de investimento, através do fundo perdido europeu, para administração do próprio concelho, para conseguirmos duplicar essa capacidade de investimento. Estamos todos muito atentos a todas estas matérias para que possamos

racionalizar e utilizar da melhor forma e potenciar a nossa capacidade de investimento, com tudo o que nos for possível ir buscar aos fundos comunitários. Esta é a situação do município num pós-PAEL." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 07-11-2014, 11-12-2014 e 18-12-2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação.-----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 07-11-2014: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Francisco Guerreiro, Ana Pereira, Miguel Mesquita e Lurdes Meirinho; -----

Votos a Favor: vinte e um (21) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, José Pimenta, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 11-12-2014: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Eugénia Baptista, Ana Pereira, Miguel Mesquita e Lurdes Meirinho; -----

Votos a Favor: vinte e um (21) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, José Pimenta, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 18-12-2014: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Ana Pereira, Miguel Mesquita e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras; -----

Votos a Favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria. -----

PONTO TRÊS

Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para representação das Juntas de Freguesia deste município no XXII Congresso da ANMP; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira apresentou uma proposta de lista que ficou designada por "Lista A" (Doc. 4, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão apresentou uma proposta de lista que ficou designada por "Lista B" (Doc. 5, anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas, designadas por lista A, e lista B, por escrutínio secreto. -----

VOTAÇÃO: -----

LISTA A: catorze (14) votos; -----

LISTA B: dez (10) votos; -----

Voto em branco: um (01); -----

Comunicados os resultados, o Presidente da Assembleia declarou eleito o seguinte membro: -----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projeto de Regulamento Municipal sobre apascentamento de animais e sua permanência e trânsito em espaço público; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Soraia Morais: "Boa noite. Relativamente a este regulamento e ao seu conteúdo o grupo VIVA gostaria de saber quais são os pontos que existem atualmente para sacos de dejetos, que é uma das questões enunciadas no regulamento." -----

Vereador Rogério Neto: "Boa noite. Estamos a falar dos equídeos e não de cães e gatos." -----

Soraia Morais: "Há um ponto no regulamento que refere ser obrigatório a recolha de dejetos, que devem ser colocados em sacos próprios e deitados no lixo. Ao que é que isto se refere concretamente? -----

Vereador Rogério Neto: "Tem a ver com a circulação de veículos de tração animal, ou simplesmente cavalos, o proprietário é responsável pelo tratamento dos dejetos, caso aconteçam." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de certificação legal de contas do município para o exercício económico de 2014; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta: "Porque é que volta novamente este assunto à Assembleia?" -----

Presidente da Assembleia: " É uma obrigação legal. " -----

José Pimenta: "Quer dizer que em relação aos concursos de limpeza e higiene não é obrigatório voltar à Assembleia?" -----

Presidente Assembleia: "Isto é um serviço que é prestado uma única vez, naquele ano, para a certificação legal de contas do ano de dois mil e catorze. Em dois mil e dezasseis faremos para dois mil e quinze, e temos de fazer assim todos os anos. É apenas um serviço prestado uma vez por ano. " -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Protocolo de colaboração entre o município de Albufeira e a Federação de Motociclismo de Portugal;
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Soraia Morais: "Foi com agrado que verificamos este ponto na ordem do dia. Sabemos a importância que tem para o município, em termos de projeção da nossa cidade, e também em termos económicos o que pode trazer uma atividade desta envergadura. Contudo, analisando os aspetos financeiros, em termos de apoios diretos e indiretos, que são solicitados pela federação de motociclismo, a nossa singela opinião é de que,



aquilo que temos de dar, enquanto município é muito, face aquilo que vamos receber, que basicamente será pernoites, algum consumo, e uma projeção em termos de mediatismo. É também aqui referido um valor de um milhão de euros. Contudo, nós gostaríamos de apresentar uma proposta que tem por base que haja um retorno mais direto para a comunidade de Albufeira. Esta proposta seria para acrescentar uma alínea na cláusula terceira, respeitante às obrigações da Federação de Motociclismo de Portugal, na minuta do protocolo de colaboração, que contenha na sua essência donativos em género, que pudessem ser entregues por todos os participantes desta atividade e que depois revertissem para as nossas instituições. Pensamos que isto pode ser um incentivo à responsabilidade social, que pode ter um impacto positivo direto do evento na comunidade, e que, em termos de mediatismo, também vem demonstrar que, quer a federação quer o município, têm preocupações presentes e constantes a este nível. Uma vez que, a disponibilizar a verba e todos os apoios, que representa cerca de cinquenta mil euros, porque não pedir como contrapartida algo mais que pudesse dar um benefício direto à comunidade? Temos vários eventos no nosso município em que isto acontece, como por exemplo a Festa do Basquetebol, em que existem verbas que resultam de bilhetes que depois são canalizados para as diferentes instituições. " -----

Presidente da Câmara: "Isto resume-se a dois anos, em que o primeiro ano é a chegada. Estamos a falar de cerca de mil e duzentas motas que vêm a Albufeira, mais a organização, mais as famílias e nós vamos dar os jantares. Falámos em reunião de câmara que esses jantares viessem a ser fornecidos por associações, por exemplo, pela Santa Casa da Misericórdia, AHSA, os pescadores, os escutas, enfim, várias associações que, em vez de estarmos a contratar uma empresa de catering, pudessem beneficiar dessa despesa que o município vai ter. Mas isso não irá constar no protocolo, naturalmente. No protocolo já não se pode mexer. Na fase da partida, temos a contribuição financeira dos dez mil euros e isso representa uma ajuda à federação no sentido em que eles têm de vir para cá uns dias antes para fazer as preparações técnicas e tudo isso representa muita gente para Albufeira. Grande parte dos participantes são da nossa vizinha Espanha, são pessoas, em regra, com algum poder económico. Os estudos que estão feitos de projeção de Albufeira vão muito para além daquilo que é o nosso investimento nesta matéria. Penso que esta é uma boa iniciativa, é o maior acontecimento de moto turismo da Europa. Este evento tem grande impacto para os municípios, como é o caso de Albufeira, que é um município virado,



fundamentalmente, para o turismo. Não vejo com maus olhos, muito pelo contrário, que se possa fazer algo mais. Se conseguirmos ligar a promoção turística de Albufeira com o grande evento, eu sou primeiro a abrir os braços a esse tipo de iniciativas, e penso que o executivo em geral também o fará.” -----

Francisco Oliveira: “Relativamente ao evento em si, nada opor, tendo em consideração a repercussão que o mesmo irá ter. Presumo, por aquilo que o presidente referiu, e pelo que li, que se trata de um evento com dois anos, que será a chegada e partida em Albufeira, e daqui a dois anos será noutra cidade. De facto, é algum investimento, mas na verdade, se for definido da forma como o senhor Presidente acabou de referir pode não ser tão evidente, se as associações participarem e poderem ter o retorno quase imediato. Dada a abertura e a possibilidade que nós temos neste momento de fazer investimento, tendo em consideração o pagamento do PAEL, é que se tente não abrir situações em que se comece novamente a ter a política dos subsídios, relativamente às várias instituições, o que não é o caso, mas no fundo era um alerta. Iniciar agora uma nova etapa, relativamente a várias instituições, seria abrir novamente a caixa de Pandora e levar, efetivamente, a que isso aconteça. O Partido Socialista irá votar a favor e congratulamos com a proposta do VIVA, no sentido que tudo o que possa ser feito para as nossas associações com certeza que terá a nossa colaboração.” -----

Domingos Coelho: “Gostaria de lembrar que uma despesa com este montante considerável ocorre numa altura em que os impostos e as taxas municipais estão no máximo. Penso que não cairá bem entre os nossos munícipes saber que estão a pagar as taxas no máximo e depois há um gasto considerável em jantares, lembranças, e alojamento. Penso que é uma despesa que, tendo em conta que mal saímos do PAEL, já estamos a retomar uma velha política que nos levou ao desgaste municipal. Penso que a proposta que o VIVA apresentou é bastante interessante.” -----

José Pimenta: “Nós gostaríamos que eventos como este ocorressem entre Outubro e Maio. O senhor Presidente sabe perfeitamente as dificuldades que existem, tanto para os trabalhadores como para os empresários, a necessidade de haver mais ocupação nesses meses. Aliás, na campanha eleitoral, o Presidente até referiu que o seu grande adversário seria a sazonalidade. Era preferível que estes eventos acontecessem entre Outubro e Maio. Entre a minuta do protocolo e a minuta do acordo há ai uma falha. A minuta do protocolo tem uma noite para sessenta pessoas, e a minuta do acordo tem duas noites. Penso que essa situação deveria ser corrigida.” -----



Adriano Ferrão: "Queria só salientar que este evento do "Lés-a-Lés" não é uma coisa nova. Já se fez durante vários anos, já tem uma longa história, por isso é que é tão atrativo. Começou com trezentos participantes e hoje fala-se de mil e duzentas motas e mais ou menos mil e oitocentas pessoas. A contabilização que tem o retorno em estadias e restauração não é assim tão subjetiva e consegue-se daí determinar alguns números. Alguns conselhos que já passaram por estas duas situações, que é uma chegada e uma partida, contabilizaram na ordem de meio milhão de euros, no princípio, e agora ascende, porque os participantes são muitos mais. Nos últimos cinco anos duplicou o número de participantes e por isso ascende a um montante de cerca de um milhão. Há dados levantados por esses concelhos, os mais interessados podem fazer uma pesquisa e decerto que vão encontrar informação mais detalhada sobre isto. Em relação aos meses, seria bom que este tipo de acontecimento fosse noutros meses, para se combater a sazonalidade. Contudo, tem sido sempre o mês de Junho o mês escolhido para este evento, por isso, existe uma tradição, as pessoas preparam-se de um ano para o outro para este mesmo evento e, com certeza, que a federação não iria abdicar desta data de Junho a favor de outra de Outubro até Maio porque em termos de sazonalidade seria mais conveniente a Albufeira." -----

Presidente da Câmara: "Eu entendo que isto não é uma despesa substancial. Tentando racionalizar ao máximo os meios do município, eu espero que, na questão das refeições, o dinheiro não saia do município, que seja através das associações. Quanto às noites, eu espero que os senhores hoteleiros tenham a amabilidade de contribuir com alguns quartos para o evento. Nós estamos a dar pernoites a algumas pessoas, mas quantas pessoas é que vão pernoitar em Albufeira? E têm de levar daqui uma boa imagem. A divulgação é feita pelo evento. Quanto é que isso não representa em termos de divulgação do concelho? Também sou da opinião que a altura não é na época em que precisamos mais desse tipo de evento, mas sendo um evento com grande impacto, eu ficaria com problemas de consciência se respondesse que Albufeira não queira participar. Nós aqui estamos sujeitos à data da federação, não somos nós que fixamos esta data." -----

Domingos Coelho: "Eu percebo o que disse o Presidente, mas o que estamos a analisar é o protocolo com estas cláusulas que estão aqui. Porque se aqui estivesse escrito aquilo que o Presidente está a dizer, a minha postura seria outra."-----

Leonardo Paço: "Só para acrescer a tudo isto que já foi dito que a parte do retorno não se consegue quantificar. Só depois das notícias saídas e da divulgação dos Média é que se consegue quantificar o que vai ser o retorno deste evento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

Ausentes: uma (01) Domingos Coelho. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Soraia Morais leu a proposta de recomendação. (Doc. 6, anexo a esta ata) -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO VIVA: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para o fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para o Algarve, celebrado pela central de compras da AMAL; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "O documento refere dois lotes: o lote três, baixa tensão especial, oitocentos e noventa e nove mil euros; depois lote quatro, média tensão, um milhão de euros. Ou seja, o contrato terminará quando atingirmos estes dois montantes ou três anos. Pergunto se o Presidente sabe qual vai ser o preço por cada quilowatt, tanto para um caso como para o outro." -----

Presidente da Câmara: "É uma questão muito técnica e eu não sei responder qual é o valor." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: duas (02) Francisco Guerreiro e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO OITAVO E NONO:

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento 2015; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2015- 2018; -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto e a deliberação em separado, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a estas questões, apraz-nos satisfazer com esta alteração, que na sua maioria tem a ver com a capacidade e a possibilidade do município poder investir. Isto leva-nos à questão que temos vindo a debater em relação ao PAEL, que quanto mais rápido nos livrássemos dessa situação, mais rapidamente teríamos hipóteses de ver o nosso concelho poder ter algum investimento por parte da câmara. Foi nesse sentido que insistimos, durante todo o ano passado, o pagamento do PAEL o mais rapidamente possível, infelizmente não foi possível que fosse pago a tempo, para que as taxas e os impostos municipais pudessem decrescer, e assim aliviar um pouco a economia local. Mas, uma vez que há a possibilidade de investimento, que seja feito da forma mais razoável e que venham a prevalecer as questões mais prementes. Nesse sentido, mais uma vez, congratulamo-nos com o facto de Albufeira poder voltar a investir." -----

José Pimenta: "Só para falar de uma situação em relação à "modificação da denominação do projeto cuja designação se verificou ser alterada da Pavimentação da Rua Paul Harris entre a rotunda do Centro de Saúde e a rotunda das Romanzeiras" , na minha opinião esta rua não está em tão mau estado, há outras ruas que estão em muito mais em mau estado do que esta, já foram aqui referidas várias. É uma opção desta câmara fazer a continuação até ao terminal rodoviário, mas no nosso ponto de vista, deveriam arranjar outras ruas que estão bem pior." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO OITAVO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Cândido Reigado e José Pimenta-----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO NONO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Cândido Reigado e José Pimenta-----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Ivânia Mascarenhas apresenta declaração de voto. (Doc. 7, anexo a esta ata) -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU, acerca da Privatização da TAP; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado leu a proposta. (Doc. 8, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: "A bancada do PSD não pode estar de acordo com o que está escrito neste documento. Primeiro porque estamos na política de poupança, que é a própria perspectiva do governo, depois porque se amarra aqui algumas considerações, que nós achamos serem subjetivas, não comprovadas, e como nada prova o que está aqui referido, o que leva à nossa discordância. Passo a citar alguns aspetos como: a afirmação, "adquirindo a preço de ouro a falida Portugália", enfim, não sei se o preço será de ouro, se será de prata. Eu sei qual é o preço, mas se calhar não está aqui ninguém que saiba apreciar qual é o preço que deveria corresponder a uma companhia de aviação. Depois diz, "a privatização da TAP representaria no curto, médio prazo a sua destruição", e não há aqui nenhum fundamento que comprove uma afirmação destas, e esta já é uma afirmação grave, e como não se comprova com fundamentação nenhuma é uma argumentação, para mim, inválida e tendenciosa. Tão tendenciosa que no ponto três diz que os trabalhadores da TAP serão atingidos por esta privatização, mais uma vez, não há nada que comprove esta afirmação. Até coloco a questão ao contrário: não serão eles beneficiados por integrar estruturas empresariais mais sólidas e viáveis? Penso que a CDU abusa um bocado porque fala em nome dos trabalhadores. Os trabalhadores da TAP acabaram por aceitar o modelo da privatização, tanto que

desconvocaram a greve que tinham marcado. Isto é um sinal que eles não estão completamente concordantes com o que aqui é afirmado. Por fim, nós, nesta Assembleia, não temos competência legal para deliberar a suspensão de uma privatização. Podemos recomendar, mas não podemos aceitar o que aqui está plasmado neste documento." -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta moção, o Partido Socialista não é defensor da privatização da TAP, na sua totalidade, ou seja, daquilo que possa permitir que um privado tenha o controlo sobre a referida empresa. Mas é defensor não só de uma reestruturação mas também de uma privatização parcial, mas de forma a que o Estado mantenha e controle a empresa. E é nesse sentido que diverge a posição do PS da posição plasmada pelo Partido Comunista. A proposta apresentada pelo PCP na Assembleia da República divergia em muito na forma como a TAP deveria ser reestruturada e nós não podemos ter outra posição que não seja votar contra esta moção. Reafirmando que o Partido Socialista defende a privatização mas meramente parcial e sem que o Estado perca o controlo." -----

Cândido Reigado: " O que a realidade nos tem mostrado, ao longo de vários anos sobre a privatização de várias empresas, e infelizmente foram muitas, desde a Galp, a EDP que foi entregue à China, a PT, e muitas outras, é que os trabalhadores não beneficiaram com a privatização. Foram raros os casos em que, a partir do momento em que as empresas foram entregues ao sector privado, não foram para a rua, portanto, centenas de trabalhadores foram despedidos. Portanto, não traz benefícios nenhuns para os trabalhadores, nem para Portugal a privatização, neste caso, da TAP. Todas as empresas que são sectores estratégicos para a economia nacional devem ser mantidas nas mãos do Estado, até porque servem de alavanca fundamental para relançar a economia do país. " -----

Adriano Ferrão: "Só para esclarecer o senhor Reigado: primeiro para frisar que os próprios trabalhadores não pensam como o senhor Reigado, depois na negociação com os sindicatos, o governo prometeu e colocou no caderno de encargos um período de salvaguarda durante o qual ficará limitada a possibilidade de despedimento coletivo, dois anos e meio, no máximo, ou enquanto o estado tiver capital na empresa. Esta parece-me ser outra salvaguarda que vai contra o que está aqui na moção." -----

José Pimenta: "Só para responder ao senhor Adriano Ferrão que, normalmente, quando aparecem as nossas moções refere sempre que há um carisma político. Fala muitas vezes que lhe choca aquilo que a CDU traz nas suas propostas mas não vejo o que é que

lhe choca, ao ser político. Nós somos todos políticos, penso que não somos tecnocratas.” -----

Adriano Ferrão: “Não tenho nada contra os interlocutores da apresentação da proposta. É uma verdade que não me enquadro, nem consigo sentir as coisas conforme a CDU o faz. É normal, nunca o fiz, desde o vinte e cinco de Abril. É natural que tenhamos perspetivas diferentes e temos a liberdade de expor as nossas mesmas perspetivas. E também é natural que eu possa ver nelas uma intencionalidade politica, e quando a sinto, exponho-a, faz parte do discurso de uma Assembleia.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: vinte (20) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Miguel Mesquita, Ana Pereira, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstencções: zero (00) -----

Votos a Favor: cinco (05) Soraia Morais, Cândido Reigado, Mário Gaspar, José Pimenta, e Ivânia Mascarenhas.-----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

Mário Gaspar apresenta declaração de voto. (Doc. 9, anexo a esta ata) -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação da proposta apresentada pela CDU acerca da defesa da água como direito humano fundamental; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

José Pimenta leu a proposta. (Doc. 10, anexo a esta ata) -----

Adriano Ferrão: “O PSD, quer através do executivo camarário, quer através do próprio PSD Albufeira, tem manifestado que está contra qualquer tipo de privatização da água, é um ponto assente. Quando diz que “culminará, sem dúvida, na tentativa de impor um processo semelhante à privatização da gestão de resíduos para a EGF”, de onde é que vêm estas certezas, desta suposição? “As populações sabem que a introdução da lógica

mercantil nestes serviços conduzirá, como a realidade bem demonstra, ao aumento inevitável e significativo das tarifas”, isto parece que é uma certeza, e taxativo, mas também não é bem assim, pois não há nada que o comprove. Depois diz “defender a água pública como um direito à vida, repudiando a vontade do Governo de proceder à sua privatização”, e eu pergunto: onde está a Lei, a manifestação formal do Governo que indique a sua vontade de privatização? Não há documento nenhum, por isso temos aqui uma suspeita, e depois quer que nós deliberemos sobre uma suspeita e não sobre um facto. Só por isto, e não porque não estejamos de acordo que a água não deve ser privatizada porque é um bem essencial a todo o ser humano, teremos de votar contra.”

Francisco Oliveira: “Só para dizer que isto é um documento político e, como tal vamos votar a favor. ” -----

José Pimenta: “Penso não estar enganado ao dizer que no Norte há autarquias que já têm a água privatizada.” -----

Presidente da Assembleia: “Essas autarquias concessionaram o fornecimento de água, não privatizaram nada. É diferente.” -----

José Pimenta: “Mas é concessionado a privados.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: onze (11) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Miguel Mesquita, Lurdes Meirinho, Carlos Santos, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação da moção apresentada pelo PS sob o tema “A saúde está doente”, -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Geraldes Simões leu a moção. (Doc. 11, anexo a esta ata) -----

José Pimenta: "Nós iremos votar a favor desta moção. E gostaríamos de dizer que isto tudo teve um princípio, o princípio está feito e depois tudo o resto vem sucessivamente. Deixou-se de investir na saúde e começaram a aparecer as empresas privadas. É como tudo, é na saúde e é noutros sectores." -----

Adriano Ferrão: "Estamos perante outro documento político porque o documento tem alguma enfermidade. Existe uma realidade regional, uma realidade nacional, à qual todos nós somos sensíveis. O hospital de Faro tem tido vários lugares de honra, nos últimos anos tem tido sempre lugares de destaque, remando um pouco contra aquilo que está a acontecer pelo país, conseguiu atrair cento e vinte e um novos internos que escolheram este hospital de Faro para a sua formação, vinte e oito deles em especialidades e é de realçar a sua qualidade. Este documento diz que "as câmaras municipais foram obrigadas a suportar custos com o alojamento e alimentação dos clínicos", o que aqui em Albufeira não é uma verdade, porque a câmara municipal de Albufeira não o faz, não dá alimentação aos clínicos, mas apoia o alojamento aos clínicos. É preciso que isso seja claro e que não seja tudo misturado para criar uma maior força à expressão que aqui está. Depois diz que o Governo corta recursos de forma indiscriminada. Aceito a perspectiva particular do PS, mas não é aquela a que eu assisto. Todos nós acompanhamos através dos Média esta novela que tem sido a hepatite C. Sabemos a gravidade da doença que é, e também sabemos do preço que foi cobrado pelo laboratório que detém as suas patentes e que levou a que os governos europeus tivessem grandes dificuldades em baixar estes montantes. O PS diz que "considerando que a referida política de cortes cegos na saúde pública provocou já algumas mortes por falta de medicação atempada dos doentes", isto é uma acusação grave e séria e que ainda não vi comprovada por qualquer entidade competente. Posso presumir que as pessoas pensem assim mas também acho algum facilitismo nesse juízo de valor que fazem, tanto que na verdade ainda não foi provado. Por outro lado, depois diz "considerando que só após a morte de cidadãos, face ao laxismo, ou ao cumprimento de instruções superiores", aqui tem uma intencionalidade obscura. Isto é uma demagogia barata, são intenções não provadas e nem explicadas. É verdade que a vida humana não tem preço mas também é verdade que não serve para bengala política e por isso chamei a este documento um documento político." -----

Geraldes Simões: "Começando pelo documento político, acho curioso porque, tanto quanto sei, isto é um órgão político. Se aqui discutíssemos medicina ou receitas, ou

outras coisas, talvez isso fosse estranho. Em relação ao hospital de Faro, é um hospital problemático, e só quem não o conhece ou passou por lá é que pode ter noção que o hospital de Faro funciona muito bem. O Hospital de Faro está numa situação muito grave, foi abandonado por muitos médicos seniores, quer no do barlavento, e neste momento as carências são extremamente complicadas. Ainda no meu tempo, em Albufeira, chegámos a não ter seringas nem agulhas. Era o doente que precisava de levar a injeção que ia à farmácia comprá-las e ainda tinha de pagar a taxa moderadora, porque essa não podia deixar de ser cobrada. Em relação à morte de pessoas, morreram pessoas. Há muitas que se virão a esclarecer e em relação à hepatite C também já morreram pessoas. Chamar novela a isto? Eu chamo a isto uma grande tristeza e já há uns anos atrás aconteceu, no tempo da Dr.^a Leonor Beleza, em que estão contabilizados setenta e três hemofílicos mortos." -----

Francisco Oliveira: "Estas acusações genéricas não podem ser de outra forma porque eu não conheço o nome das pessoas. Mas vários doentes oncológicos deixaram de ter medicação porque efetivamente não lhes foi facultada. Eu tenho um caso concreto, pessoal, no meu escritório, uma funcionária que tem um problema gravíssimo que não pode tratar porque não há medicação. Por exemplo, um primo meu na sexta-feira teve um AVC e ainda hoje não tinha feito uma ressonância magnética ou então teria de fazer no privado. Não é por estarmos aqui a levantar estas questões que os diretores de vários departamentos dos hospitais têm-se vindo a demitir: será por questões políticas? Ou será porque, efetivamente, não têm condições para trabalhar? Há um diretor, que é nomeado há cerca de seis meses, que se demite; há direções que se demitem em bloco porque os hospitais não fornecem condições. Parece-me que, para além daquilo que possa ser discutido aqui, do conhecimento ou desconhecimento que possamos ter, há que olhar para a realidade e não ver só a árvore mas sim ver a floresta e ter essa noção. Quanto à questão do alojamento, peço desculpa, mas pensei que fosse alojamento e alimentação e afinal é só alojamento. Quanto às mortes e quanto à falta de apoio de medicação para tratamento aos doentes, essa com certeza não está em causa."-----

Soraia Morais: "Não querendo repetir o que já foi dito anteriormente, e dirigia-me às expressões bombásticas que o membro Adriano Ferrão proferiu, não é com muito agrado que oiço aqui, por parte do colega, referir-se a "novela" quando comenta a situação que aconteceu com a comissão parlamentar, na Assembleia da República, porque acho que é preciso um grande ato de desespero, por parte de uma pessoa que

tem de se expor para um país inteiro mediaticamente. Se o deputado Adriano acha que às vezes as questões da CDU são bombásticas, ou exageradas, nós também consideramos a sua expressão de "novela", quando se refere a este tipo de situação, igualmente bombástica. E isto remete-nos para uma questão muito essencial, que é o respeito pela vida humana, e como o próprio senhor referiu, há coisas que não têm preço, e, para nós, a vida humana não tem preço. Ouvir falar de "novela" revela-nos, talvez, uma falta de sensibilidade relativamente a esta questão." -----

Rui Bernardo: "Falta de sensibilidade é um laboratório farmacêutico, que tem acordo com uma doença, que para curar é preciso quarenta e oito mil euros no mercado, isso é que é falta de sensibilidade, e gozar com as pessoas. Estranho a CDU, que é sempre crítica das empresas de grande capital, não denunciar esta situação." -----

Adriano Ferrão: "Pegando na palavra "novela", não tem de reportar necessariamente àquilo que se passa na televisão. Se querem vulgarizar o termo, podem-no fazer, mas é por vossa conta, não foi aquilo que quis transmitir. Todos nós sabemos que, quando os órgãos de comunicação pegam num assunto, o destorcem, desinformam as pessoas, porque nem sempre informam. Há outros interesses que são os seus próprios lucros. E por isso pega-se num susto, porque o susto vende, e isto é uma receita que toda a gente sabe. Por isso é uma "novela", quando eles pegam e o destorcem e desinformam a população e a assustam o mais que podem para conseguir vender: isto é uma novela e continuo a afirmar que é uma novela. E isto acontece com várias situações. Acontece com a SIDA. Se contabilizarmos as mortes que aconteceram com o HIV e as mortes que acontecem com acidentes de viação, é ridículo: mata-se muito mais gente na estrada, mas não vende nem assusta como o HIV. Basta que haja uma suspeita de ébola em Lisboa para todo o país ficar com os cabelos em pé porque há jornalistas que fazem daquilo uma novela. Infelizmente isto acontece em praça pública, através dos Mass Media, e por isso o termo novela está muito bem aplicado, não é insensibilidade. Sobre o Hospital de Faro, embora não seja o paraíso ou o jardim das maravilhas, num tempo de crise como este, tenta recuperar e tanta remar contra a corrente. O hospital recuperou o seu passivo, tem feito um trabalho meritório, nesse sentido de recuperar esse passivo e chegou mesmo a fazer investimentos, que eu saiba, na aquisição de ressonâncias magnéticas e naquilo que o Dr. Simões falou que é a hemodiálise. E eu penso que, nos tempos que correm, tudo o que seja contra a corrente da crise e que seja melhoramentos que são ativos e que vão favorecer a população no Algarve são meritórios, e também devem ser assinalados." -----

José Pimenta: "Foi aqui falado na CDU, mas esta moção não é da CDU, é do PS." -----

Rui Bernardo: "Sabe o que eu quis dizer, que quando há denúncias do governo, a CDU é a primeira bancada a denunciar. Quando há uma farmacêutica que goza e ganha com a desgraça dos outros, não ouvi a CDU denunciar esta situação." -----

José Pimenta: "Quer que traga aqui uma moção sobre isso? É que se fossemos aqui denunciar tudo, então todos os pontos da ordem do dia seriam nossos. Aliás, no meu ponto de vista, o PSD é uma bancada que está calada em relação a tudo, parece que está de acordo com tudo, não questiona nada, nem a nível de Albufeira, nem a nível nacional." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: oito (08) Paulo Freitas, Rui Bernardo, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Miguel Mesquita, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Abstencções: três (03) Lurdes Meirinho, Carlos Santos e Luis Afonso. -----

Votos a Favor: catorze (14) Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Pereira, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Tomada de posse de novos membros do Conselho Municipal de Segurança; -----

O novo membro do Concelho Municipal de Segurança tomou posse no início da sessão. --

PONTO DÉCIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do programa de 7 estágios profissionais na Administração Local (PEPAL); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Soraia Morais: "Relativamente a este ponto, embora no despacho que nos foi facultado para consulta seja referido que as áreas nas quais vão ser feitos os estágios sejam ao nível da Competitividade Económica Local, Energia e Ciência, e também a nível do

domínio social, gostaríamos de saber se já estão contempladas as habilitações literárias académicas para as quais os estágios serão realizados.” -----

Geraldes Simões: “Gostava de saber como foram atribuídos e escolhidos estes estágios. Qual foi o critério, se foi a pedido de técnicos da câmara?” -----

Presidente da Câmara: “Tanto quanto sei, vai-se abrir esta candidatura para várias áreas, conforme as várias necessidades da câmara. Sabemos que a câmara tem interesse nesta matéria. Vamos entrar num programa que nos vai facilitar e permitir aos jovens que tenham uma formação.” -----

Francisco Oliveira: “Questiono se o rácio seria quando pediram vinte estágios, seriam dez para Promoção de Desenvolvimento e da Competitividade, nove para intervenção no domínio social, Educação e Saúde e um para outras. Mas só foram concedidos sete estágios. E a minha pergunta era saber se o rácio, em termos de implementação destes sete estágios, é o mesmo, ou seja, se irá dar mais preponderância à Competitividade Económica Local, Energia e Ciência, ou se eventualmente irão colocar mais estagiários na área da Educação, Saúde e Ação Social.” -----

Soraia Morais: “Segundo a informação que já está disponível publicamente, a nível de domínios sociais serão três e os restantes para a área da ciência.” -----

Presidente da Assembleia: “Aqui refere-se que são quatro, para a área de Promoção do Desenvolvimento e da Competitividade Económica Local, Energia e Ciência e três para a área de intervenção no domínio social, Educação e Saúde, Ação Social e Cultura.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Miguel Mesquita, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das

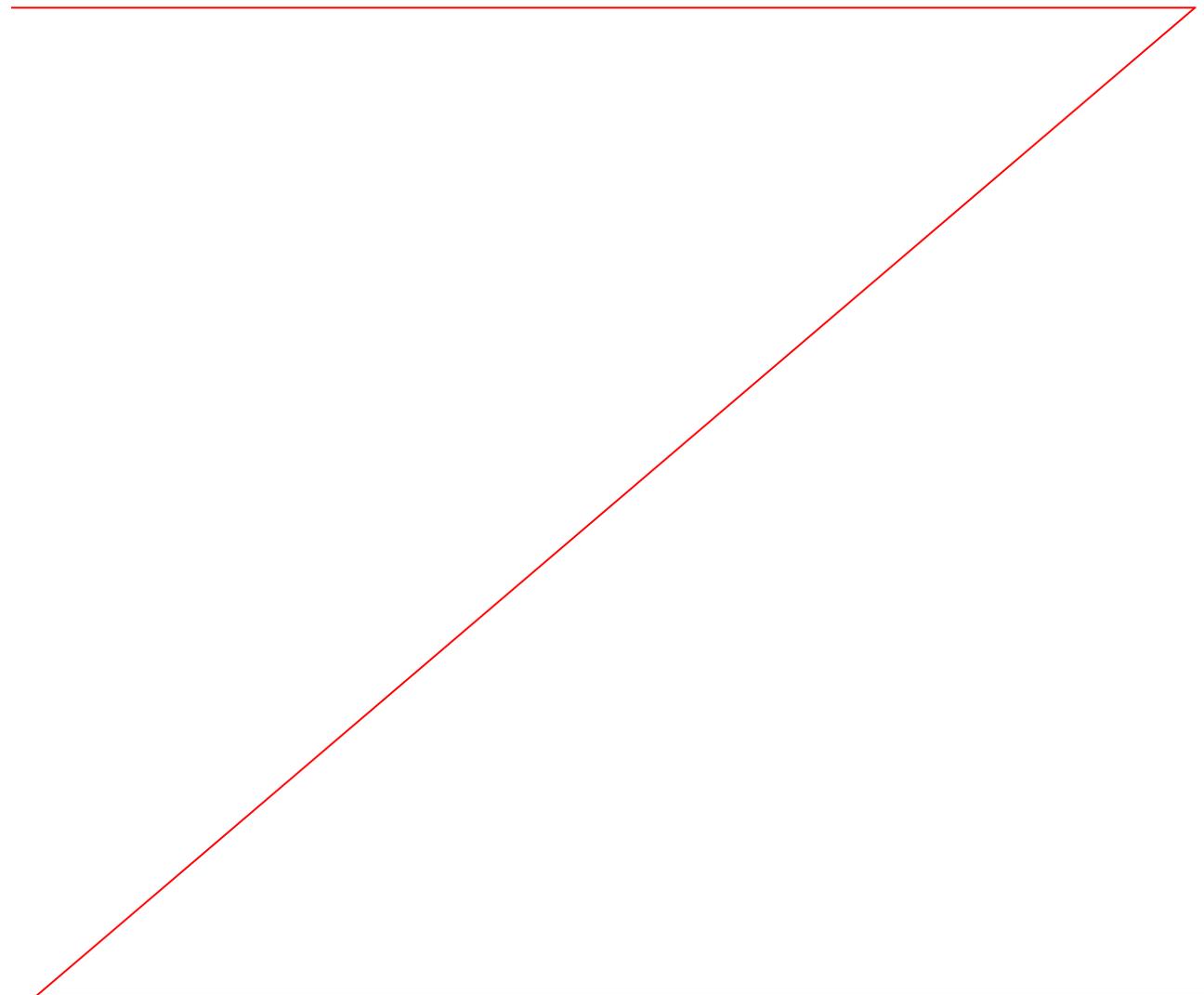
deliberações tomadas na Assembleia.-----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu
por encerrada a sessão, cerca das 00:05 horas, de que foi lavrada ata que, depois de
lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2015 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Documento anexo da acta da sessão ordinária do dia 24 de Fevereiro de 2015.



**2ª Alteração
em 24 de Fevereiro de 2015
da
Tomada de Posse
do
Conselho Municipal
de Segurança de
Albufeira**

Mandato 2013 - 2017

**Realizada na sessão extraordinária da Assembleia
Municipal de Albufeira de 19 de Março de 2014
e continuação na sessão ordinária de 23 de Abril de 2014**

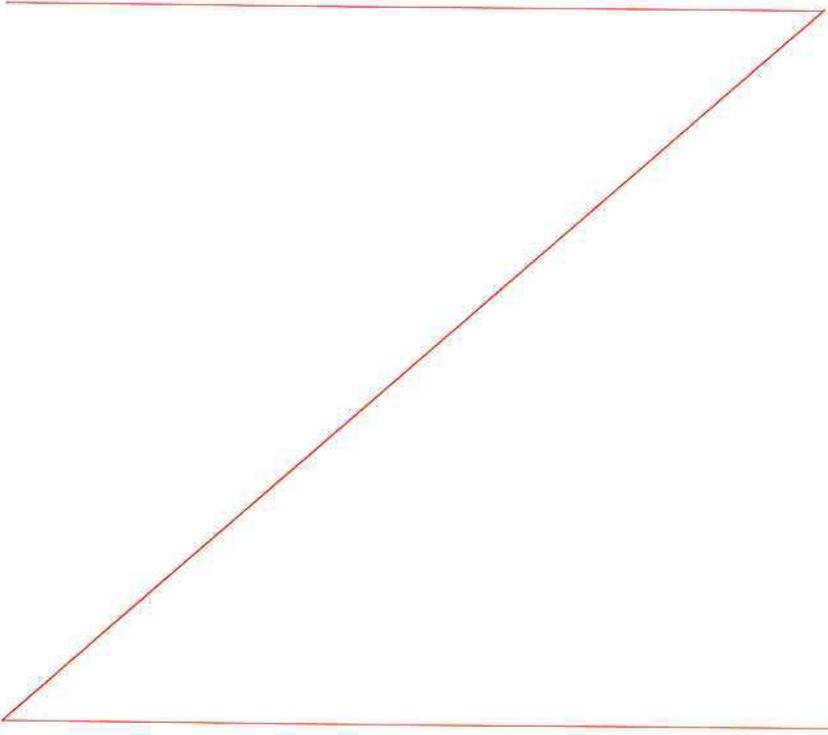
Abel Arcanjo de Sousa Adriano – Comandante da Brigada de Transito de Albufeira;

Carlos Duarte Vieira Gabriel - Cidadão de reconhecida idoneidade designado pela Assembleia Municipal;----- *Carlos Duarte Vieira Gabriel*

O Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas -----
Paulo Alexandre Figueiredo Freitas

A Primeiro Secretária, Maria Eugénia Xufre Baptista -----
Maria Eugénia Xufre Baptista

O Segundo Secretário, Fernando Manuel de Sousa Gregório -----
Fernando Manuel de Sousa Gregório





Grupo VIVA : (24/02/2015)

Requerimento:

H.

Baixa Albufeira

- Recitas anuais das taxas de ocupação da via pública por zonas e Global
- N° estabelecimento e área que estes ocupam de espaços públicos
- Recita anual de taxas associadas à água e à publicidade
- espaços públicos/municipais existentes
- documentos que suportam as concessões feitas aos parques estacionamento.

Luzia
 Protocolo no âmbito do PNA
 para a criação de espaços
 públicos.
 24/2/2015
 H.

Pónio Gaspar
 Sónia Morais
 Júlio Alexandre



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Vem a CDU, Coligação Democrática Unitária, de acordo com a alínea d) do ponto 2 do artº 7º do Regimento, requerer a V.Exa. que lhe seja facultada documentação referente ao protocolo, ou contrato, entre a Câmara Municipal de Albufeira e a EVA, em relação à Central de Camionagem de Albufeira.

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU

Cândido Augusto Marques Reigado

José Joaquim do Carmo Pimenta

*Luís,
pede no ofício X
CMA para fiscalização os
elementos selecionados,
24/2/2015
A.*



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Exmo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Vem a CDU, Coligação Democrática Unitária, de acordo com a alínea d) do ponto 2 do artº 7º do Regimento, requerer a V.Exa. que lhe seja facultada toda a documentação em fotocópia ou em formato digital do concurso “ Contrato para prestação de serviços de recolha, transporte de resíduos urbanos, limpeza urbana e serviços auxiliares, no Município de Albufeira.

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2015

Os eleitos da CDU



Cândido Augusto Marques Reigado



José Joaquim do Carmo Pimenta

*Leu,
Passa ao ofício do
Sr. Francisco de
Almeida Reis.
24/2/2015*

(A)

27

PROPOSTA

26.02.2015

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira, vem propor a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (no XXII Congresso da ANJP), o que faz nos termos seguintes:

1- Efectivo.

MIGUEL COELHO

2- suplente.

GERARDO GREGÓRIO


Miguel Coelho
Gerardo Gregório

B

F

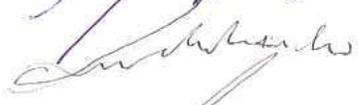
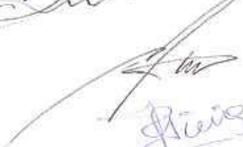
Exmo. Senhor
Presidente da Mesa da
Assembleia Municipal de Albufeira

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Albufeira propõe, como representante das Juntas de Freguesia do município de Albufeira no XXII Congresso da ANMP, o Presidente da Junta de Freguesia da Guia – Joaquim Vieira.

Albufeira, 24 de Fevereiro de 2015

Os Subscritores

Freguesias de Albufeira


Sessão Ordinária Assembleia
Municipal de Albufeira
24/02/2015



Proposta de Recomendação

O Grupo VIVA recomenda à Câmara Municipal que sensibilize a Federação de Futebolístico de Portugal para a realização de uma campanha de Impacto social, junto dos participantes, com entrega de donativos a revertem para as instituições sociais e associações do concelho.

Os membros eleitos
do Grupo VIVA

- Soraia Freitas
- Nuno Gaspar
- Ivânia Amorim

Ponto 6. Protocolo CMA e Federação do Futebolístico de Portugal, evento "Portugal de Lés a Lés"



P.

Declaração de Voto
Sessão Ordinária Assembleia Municipal Albufeira
24 Fevereiro 2015

O Grupo V.I.V.A, representado na Assembleia Municipal de Albufeira, pelos membros presentes, declara que votou favoravelmente a proposta da Câmara Municipal para a 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2015/2018 e da 1ª Revisão do Orçamento do Município, para o Ano 2015, pois considera que atua em áreas merecedores de intervenção urgente, em especial estradas e caminhos. Esperamos que em próximas revisões e orçamentos sejam contemplados as restantes estradas e caminhos do concelho a merecer intervenção e um especial cuidado com os diversos acessos à cidade de Albufeira.

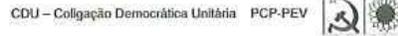
Também gostaríamos que numa próxima revisão fosse contemplada uma intervenção urgente na estrada que liga a Rodoviária/Mercado Municipal ao antigo Colégio do Lápis, pois, todos os dias centenas de jovens da Escola Básica e Secundária de Albufeira atravessam um caminho sem passeio, sem iluminação e que se insere numa curva que impossibilita a criação de uma passadeira. Neste caso acima de tudo está implícita a segurança dos alunos que frequentam esta escola. A estrada que liga a Estrada do Vale Pedras à EBSA também carece de rápida intervenção.

Também a necessitar de intervenção está toda a estrada que liga o Bairro dos Pescadores até à Baixa de Albufeira, é inconcebível que a principal artéria de acesso ao Centro Histórico de Albufeira esteja num estado tão deplorável.

O Grupo V.I.V.A pensa também estarem reunidas condições para que numa futura revisão orçamental se possa proceder a uma redução do IMI que tanto onera os munícipes.

Os membros do Grupo V.I.V.A.

Soren & Morais
Mário Gaspar
Joaquim Fernandes



PRIVATIZAÇÃO DA TAP, CRIME CONTRA OS INTERESSES NACIONAIS

A decisão do Conselho de Ministros de privatização de 66% do Grupo TAP, SA, é um crime contra os interesses nacionais e urge ser travada.

A TAP é o maior exportador nacional, com mais de dois mil milhões de vendas ao exterior. Assegura mais de 7 mil postos de trabalho directos, mais de 12 mil directos no Grupo e mais 10 mil indirectos, pelo menos. É uma empresa que faz entrar anualmente na Segurança Social quase 100 milhões de euros, só da TAP SA. Contribui com quase outro tanto para o Orçamento do Estado via IRS. A TAP, uma empresa que prestigia o país, é uma âncora para o sector do turismo, fundamental para garantir a unidade e mobilidade em todo o território nacional, essencial na ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro, garantia de capacidade de investigação, manutenção e desenvolvimento técnico no sector da aviação civil, referência em todo o espaço lusófono. É um factor de soberania para o país.

Esta é a terceira tentativa de privatização da TAP. Em 2001 falhou o negócio com a Swissair (que entretanto faliu). Em 2012 impediu-se a aventura da sua entrega a Efromovich. Trata-se, portanto, do prosseguimento de um objectivo que tem unido o conselho de administração da empresa e os sucessivos governos do PS, PSD e CDS: a entrega de um importante património do povo português ao grande capital. Governos que, alinhando com as orientações da União Europeia, tudo têm feito para estrangular financeiramente a empresa, que não recebe um euro do Estado, ao contrário das companhias low cost. Amarrando-a a negócios ruinosos como o da manutenção no Brasil (ex-VEM), ou como o frete ao Grupo Espírito Santo, adquirindo a preço de ouro a falida Portugalia. Impedindo a necessária flexibilidade de gestão em questões básicas como a contratação de pessoal, o que levou ao cancelamento de centenas de voos este Verão, procurando criar as condições na empresa e na opinião pública que favoreçam a sua privatização.

O governo PSD/CDS, justificam a privatização da TAP, invocando a proibição da sua capitalização pelo Estado, supostamente para defender a igualdade de concorrência com as companhias privadas. É uma mentira porque, sendo legal e constitucional a existência de empresas públicas, aliás possíveis no quadro dos Tratados da União Europeia, nada pode impedir a sua capitalização pelo detentor do seu capital. O contrário seria um contra-senso. Manter o Estado arredado desse papel é condenar a TAP ao estrangulamento financeiro e à inoperacionalidade. Bastaria que parte do que foi pago à banca pelos famigerados swap das empresas públicas de transportes – num ano, mais de mil milhões de euros – para que as necessidades de capital da TAP fossem satisfeitas.



Existem soluções para a capitalização da empresa, como para a resolução dos restantes problemas da TAP. Basta uma gestão pública vinculada aos interesses nacionais conforme propôs recentemente o PCP num Projecto de Resolução na Assembleia da República, com medidas para defender e melhorar o funcionamento e operacionalidade da TAP.

À semelhança do acontecido com a privatização de outras empresas estratégicas, como o caso exemplar da liquidação em curso da PT mostra, a privatização da TAP representaria no curto, médio prazo a sua destruição. A privatização da TAP poderá ser um bom negócio para os grupos económicos nacionais e estrangeiros, mas não o é seguramente para o país.

Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em 24.Fevereiro.2015, delibere:

1. A suspensão imediata dos processos de privatização da TAP, empresa esta que é uma garantia de capacidade de investigação, manutenção e desenvolvimento técnico no sector da aviação civil, de referência em todo o espaço lusófono;
2. Apelar à luta dos trabalhadores da TAP, que noutros momentos travou idênticas intenções, bem como apelar à intervenção de todos os democratas e patriotas para impedir a sua privatização e assegurar uma empresa com futuro, pelo interesse público e económico do país;
3. Manifestar ainda o seu apoio e solidariedade aos trabalhadores da TAP e apoiar as lutas que considerem necessárias para travar este atentado contra o interesse público e a economia do País.

Albufeira, 24.Fevereiro.2015

Os eleitos da CDU



R

Declaração de Voto

Sessão Ordinária Assembleia Municipal Albufeira

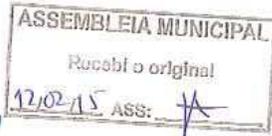
24 Fevereiro 2015

O grupo V.I.V.A representado nesta Assembleia Municipal decidiu votar favoravelmente a proposta apresentada pela CDU, referente ao ponto 10 da Ordem de Trabalho.

Entendemos que a privatização da TAP possa representar um erro estratégico com consequências gravosas em milhares de postos de trabalho directos e indirectos, ligações aéreas insulares, ligações com a diáspora Portuguesa e com todos os países da Lusofonia, responsabilidades que não são compatíveis com a gestão orientada apenas para a geração de lucros que adviria de uma privatização, entendemos por isso que a TAP deve permanecer sob o controlo do Estado.

Os Membros do V.I.V.A

Soraida Mendes
Pinho Gaspar
Francisco (Mendes)



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



PROPOSTA

Em defesa da água como direito humano fundamental e serviço público essencial

As políticas seguidas nos últimos anos, em particular pelo actual governo, têm materializado a opção pela água como bem mercantilizável e não como direito humano fundamental, criando, com a sua privatização, o mercado da água.

Associado a este processo, tem vindo a ser instituído um conjunto crescente de taxas e encargos sobre os usos da água, nomeadamente o aumento das tarifas sobre o consumo doméstico, potencialmente privatizáveis, ou seja, passíveis de serem encaixados pelos concessionários dos monopólios.

Ao mesmo tempo, o governo prossegue a sua ofensiva contra o Poder Local e as competências que lhe foram consagradas, nomeadamente em matéria de água e saneamento, impondo o que designa de reestruturação do sector da água, que mais não é do que a centralização da gestão dos sistemas públicos, a apropriação dos activos municipais dos sistemas de água e saneamento e o posicionamento no acesso directo aos recursos financeiros gerados pelas tarifas pagas pelos utilizadores, com o fim de criar um negócio da água, que culminará, sem dúvida, na tentativa de impor um processo semelhante à privatização da gestão dos resíduos para a EGF-Empresa Geral de Fomento.

Este é um caminho que a maioria da população rejeita, como demonstram todos os estudos de opinião efectuados sobre esta matéria e o extraordinário apoio manifestado à Iniciativa Legislativa de Cidadãos «Protecção dos direitos individuais e comuns à água», entregue em Fevereiro de 2013 na Assembleia da República, que recolheu mais de 44 mil assinaturas, excedendo largamente o mínimo exigido por Lei (35 mil), cuja discussão e votação teve lugar no passado mês de Outubro.

Esta Iniciativa Legislativa de Cidadãos constitui uma afirmação dos direitos e dos interesses de toda a população, no cumprimento dos preceitos da Constituição da República Portuguesa e para garantir em Portugal a universalidade do direito humano à água e ao saneamento, reconhecido pelas Nações Unidas, que Portugal subscreveu, mas não verteu na legislação nacional, nem pratica universalmente no território.

Votaram a favor da Iniciativa na Assembleia da República o PS, PCP, BE, e PEV.

Votaram contra PSD e CDS.

O Projecto de Lei visava consagrar:

O direito à água e ao saneamento, estabelecendo que ninguém pode ser privado da sua fruição, nomeadamente por razões económicas;
A construção de uma política da água ao serviço das pessoas, assegurando uma política orientada para a satisfação e necessidade humanas, segurança, interesse comum, equidade de benefícios, adequação ecológica e preservação a longo prazo;
Manutenção da água sob propriedade, controlo e gestão públicas, garantindo serviços públicos de qualidade, democráticos, transparentes, ao serviço do País e das pessoas e não do lucro;
Impedimento de novas concessões e exigência de regresso ao sector público dos serviços privatizados/concessionados.

As populações sabem que a introdução da lógica mercantil nestes serviços conduzirá, como a realidade bem demonstra, ao aumento inevitável e significativo das tarifas, sendo que a questão do preço não é de menor importância, pois dele depende, em grande medida, a igualdade social ao direito à água, reconhecido pelas Nações Unidas como um direito fundamental e que faz parte do direito à vida.

Isto significa que os Estados, como Portugal, e os governos, central e local, devem garantir o acesso à água potável e saneamento para todos os seus cidadãos e fazê-lo sob os princípios da universalidade e acessibilidade sem discriminação de qualquer condição, seja social, económica, de género, cultural, qualidade, continuidade e segurança, princípios e objectivos que só uma gestão pública e democrática está em condições de proporcionar.

Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira, reunida a 24.02.2015 delibere:



1. Defender a água pública como um direito à vida, repudiando a vontade do Governo de proceder à sua privatização;
2. Manifestar o seu apoio aos cidadãos, às populações e às autarquias locais que lutam pela manutenção da água como um bem público essencial à vida humana, conforme o Projecto-Lei referido;
3. Apelar às autarquias locais do Algarve e à AMAL uma tomada de posição solidária com esta deliberação da Assembleia Municipal de Albufeira;
4. Dar conhecimento desta deliberação ao presidente da República, Assembleia da República, governo, autarquias locais do Algarve, AMAL, e comunicação social.

Albufeira, 24.02.2015

Os eleitos da CDU

Carolina Freigade



MOÇÃO

A SAÚDE ESTÁ DOENTE

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Albufeira, vem apresentar uma moção relativa aos últimos acontecimentos verificados na área da saúde, que pela sua gravidade, merecem uma análise profunda e uma condenação política dos responsáveis, sendo que tais factos são somente a ponta de um iceberg de uma vasta lista de considerações, que muitas vezes têm sido abordadas, sem que as entidades responsáveis tenham tomado as necessárias providências.

Assim:

- Considerando a degradação das condições do sistema nacional da saúde, que diminuiu consideravelmente os cuidados básicos prestados aos cidadãos mais necessitados e de poucos recursos económicos;
- Considerando a política seguida por este Governo no sentido de cortar recursos de forma indiscriminada, tendo como único critério, uma visão única e exclusivamente economicista da saúde e dos custos que a mesma implica;
- Considerando que mesmo em situações de risco os doentes são muitas vezes negligenciados, quer no seu acompanhamento médico, quer no transporte, e, mesmo no que concerne aos doentes oncológicos, na falta de medicação, bem como de determinados tratamentos fundamentais para a recuperação clínica dos mesmos;
- Considerando que por todo o Algarve, não sendo Albufeira excepção, a forma de conseguir a manutenção de médicos para os cuidados básicos da população, só foi possível porque as Câmaras Municipais foram obrigadas a suportar custos com o alojamento e alimentação de clínicos, custos esses da responsabilidade do poder central;



- Considerando que, mesmo com a intervenção da Câmara Municipal de Albufeira, o Centro de Saúde deste concelho continua a ter longas horas de espera para que os utentes sejam atendidos, sendo que a época do ano de maior afluência ao Centro de Saúde ainda não chegou, o que faz prever situações futuras de enorme complexidade e alarme, caso não sejam tomadas as medidas necessárias.

- Considerando que a referida política de cortes cegos na saúde provocou já algumas mortes por falta de medicação atempada dos doentes, em particular no caso da hepatite C, sendo, no entanto, evidente que esta não é a única área em que a falta de cuidados e medicação tem levado os doente a situações clínicas muito graves e até desfechos menos infelizes;

- Considerando que só após uma grande campanha dos media, e de alguns doentes terem iniciado protestos, em particular numa Comissão Parlamentar da Assembleia da República, com um grito desesperante de “Não quero morrer”;

- Considerando que o Sr. Primeiro Ministro perante situações de morte eminente ter referido que não se pode pagar tudo o que nos pedem mesmo que tenhamos recursos ilimitados, talvez desconhecendo que qualquer vida humana não tem preço;

- Considerando que só após a morte de cidadãos, face ao laxismo, ou ao cumprimento de instruções superiores, foi possível um acordo com laboratórios farmacêuticos, com o qual nos congratulamos, mas que nalguns casos vieram tarde de mais.

Vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifestar o seu total repúdio pela degradação das condições de saúde em Portugal e, em particular, no Algarve, com a consequente perda de vidas, que serão evitáveis caso os serviços actuem atempadamente, exigindo às entidades responsáveis uma alteração da política de saúde pública, de modo a garantir os cuidados básicos às populações e em particular aqueles cidadãos com menos recursos económicos, por forma a evitar desfechos trágicos, como os que se verificaram no passado recente.



Da referida moção deverá ser dado conhecimento à:

- ARS do Algarve
- Ao Sr. Ministro da Saúde
- Ao Sr. Primeiro Ministro
- À Assembleia da República
- Ao Sr. Presidente da República

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista
na Assembleia Municipal de Albufeira